

# RAÍZES DA DESIGUALDADE BRASILEIRA À LUZ DA INTERPRETAÇÃO DE SÉRGIO BUARQUE<sup>1</sup>

Fernanda Maria Brito Gonçalves Almeida<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A pesquisa **A Família de Maria Ninguém**, ora em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, centra-se na análise de papéis e representações político-sociais, desempenhadas ou atribuídas à família feminina da pobreza brasileira.

Dadas as condições e características do processo que coloniza o Brasil, a mulher exerce papel importante na produção e reprodução dos bens – além da sua função imediata, a de gerar. Em virtude da mobilização masculina pelo território a ser conquistado, é atribuída à mulher a responsabilidade da condição de chefe de família recorrentemente. Não obstante o peso dessas atribuições e funções, a imagem da mulher – e mesmo de sua prole – aparece em negativo freqüentemente, cabendo-lhe sempre responder às cobranças de uma condução de “vida santa” e ao ônus da prova da sua “honestidade”.

Isso se dá em virtude das regras que regem a ordem colonial, centradas na moral cristã e na organização social estamental. Esta última, reflexo do patrimonialismo político-econômico que, em sua gênese, é repercutido em formas político-sociais autoritárias, e – no plano micro-sociológico da família – no patriarcalismo. Muitos dos atributos negativos plantados naquela época continuam a ser reproduzidos até a contemporaneidade, mantendo-se um ordenamento autoritário, reconfigurando o patrimonialismo e o patriarcalismo designantes, mantenedores e justificadores das desigualdades sociais.

O princípio de hierarquia nunca chegou a importar de modo cabal, entre nós. Toda hierarquia funda-se necessariamente em privilégios. E a verdade é que, bem antes de triunfarem no mundo as chamadas idéias revolucionárias, portuguesas e espanhóis parecem ter sentido vivamente a irracionalidade específica, a injustiça social de certos privilégios, sobretudo dos privilégios hereditários. O prestígio pessoal, independente do nome herdado, manteve-se continuamente nas épocas mais gloriosas da história das nações ibéricas.

O livro *Raízes do Brasil* (BUARQUE DE HOLLANDA, 1936) é uma obra essencial à análise da fundação da brasilidade, e nesta, da divisão dos espaços sociais, até daqueles mais estreitos. Trata-se de uma narrativa tensa. Essa tensão se revela pelo rompimento que efetua com as velhas visões deterministas dos autores que o antecedem em estudos dessa natureza, inaugurando a percepção dialética no processo analítico.

É tenso, além disso, porque, com esse procedimento, instaura a reflexão sobre a dinâmica dos antagonismos sócio-políticos, sempre presentes na formação brasileira, embora quase sempre negados, a fim de que as resistências não apareçam, restringindo-lhes a importância. Velho jogo das elites oligárquicas: ao mesmo tempo em que restringem a participação – inclusive pelo uso de mecanismos impeditivos de acesso à palavra – reduzem ao mínimo as manifestações, e aquelas que escapem aos meios de controle, são obnubiladas<sup>3</sup>, condenadas ao esquecimento, a fim de que a ordem não seja questionada.

---

<sup>1</sup> Pesquisa A Família de Maria Ninguém do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais para a Educação, Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador – UCSal, pesquisadora e coordenadora da Pesquisa A Família de Maria Ninguém do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA. [fga@ufba.br](mailto:fga@ufba.br).

<sup>3</sup> Expressão usada por Agripino Grieco para designar a postura dos colonizadores portugueses após sua permanência em terras brasileiras. “Obnubilção” era o ponto de vista que impedia a visão clara da Península Ibérica, Portugal, em

Tenso, ainda, porque revela a distância entre Estado e comunidade; a apropriação daquele pelas elites conservadoras, configurando o fenômeno do patrimonialismo, tão bem analisado por Faoro (1958).

Finalmente, tenso, na medida em que percebe que a saída possível rumo à democracia viria das camadas populares, sobretudo do povo que habita o meio urbano, desde quando fosse possível vencer os impasses históricos, que parecem mergulhar a sociedade brasileira na estagnação, graças à sobrevivência das relações sociais construídas na Colonização e reconstituídas segundo a dinâmica das organizações arcaicas rurais.

Mais proximamente, as relações reproduzem a configuração inicial do poder no Brasil. Já no século XV, dá-se a centralização do estado em Portugal, que concede benesses econômicas e políticas a uma burguesia, também prematuramente constituída, estabelecendo as origens do patrimonialismo. Nesse sentido, o patrimonialismo português, e sua versão brasileira, permitem a privatização de parcelas do Estado a grupos, constituindo o que Faoro (2000), mais tarde, designaria como compondo o estamento privilegiado – objeto e sujeito do poder estatal –, enquanto determina às demais camadas os papéis de subalternidade, de condição de força de trabalho e de ausência de participação no jogo de força político.

O enraizamento desses pressupostos dificultaria a experiência do Estado consolidado e o exercício de leis gerais, aos quais todos se submetessem, ao mesmo tempo em que seriam protegidos igualmente. Pelo contrário, o patrimonialismo se estruturando, alimenta a reprodução da experiência oligárquica, ao mesmo tempo em que reconstrói e estende o alijamento de muitas das redes de proteção estatal e legal. O que representaria o fenômeno seria o conceito cunhado por Buarque (2002) do brasileiro como “homem cordial”.

A “cordialidade” não seria aquela costumeiramente associativa das relações sociais dóceis ou civilizadas. Na verdade, constituiria a representação de um processo histórico de recriação de mentalidades, pelas quais os bens e instituições públicas são considerados extensões da família patriarcal oligárquica – devendo ser tratados a partir do âmbito (e dos interesses) domésticos. Introduzindo Buarque, Antônio Cândido define esse estado de cordialidade como:

O “homem cordial” não pressupõe bondade, mas somente o predomínio dos comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas, não necessariamente sinceras nem profundas, que se opõem aos ritualismos de polidez. O “homem cordial” é visceralmente inadequado às relações impessoais que decorrem da posição e da função do indivíduo, e não da sua marca pessoal e familiar, das afinidades nascidas na intimidade dos grupos primários (BUARQUE, 2002: 938; grifos meus).

As tendências de “familiaridade”, naturalmente, se estendem às instituições sociais, inclusive facilitando sua privatização, desenhando espaços sócio-políticos, segundo essa ótica. Certamente aos membros das camadas populares são designados os espaços menos latos e visíveis, e mesmo, os não-lugares. Dados os referenciais desse patrimonialismo e seus reflexos patriarcalistas, às mulheres da pobreza estão reservados âmbitos ainda mais sombrios. Conferir suas dimensões originais e suas reconfigurações ao longo da História Social brasileira é o móvel maior do processo analítico da pesquisa **A Família de Maria Ninguém**.

## **METODOLOGIA**

Em poucas palavras, a intenção analítica em proposição é a de conferir as dimensões sociais, os espaços sócio-culturais ocupados e, principalmente, aqueles atribuídos pela sociedade à mulher, que, sozinha, responde às necessidades de produção e reprodução da família. Quer-se resgatar

---

particular, pois, em solo da Terra de Santa Cruz, era impossível manterem-se isentos do forte apelo das maravilhas da nova terra.

formas de designação, justificadoras dos estreitos espaços sociais disponíveis, das recriações de representação ancestrais, que permitem, inclusive, reconstruções de estereótipos.

Para tanto, faz-se essencial um retorno às origens da brasilidade, relendo, nos cenários originais, as construções de ordens político-sociais e culturais, designantes de espaços diferenciadores e vulnerabilizados; de papéis submetidos, de sua aceitabilidade e de reprodução pelas eras afora.

As duas análises etnográficas serão desenvolvidas em duas cidades brasileiras, correspondendo, respectivamente, à segunda e terceira fases da pesquisa. Antes de trabalhar nestas fases, é necessário proceder-se a uma análise histórica da formação brasileira, buscando resgatar as formas como são construídas, reconstruídas e repassadas as distinções e designações sociais, que fundam, constroem e reconstróem os espaços da desigualdade e da submissão dos grupos que compõem a população.

Assim, inicialmente, procede-se a releituras do passado, em os **Intérpretes do Brasil** (SANTIAGO, 2002), dentro da temática pesquisada: os da fase natural-determinista: Sívio Romero, Euclides da Cunha (1902), Oliveira Viana (1920); do mesmo período, mas que rompe com a visão do meio (tropical, racial, mestiço), determinando as condições produtivas e de construções políticas e sócio-culturais, Manoel Bomfim (1903); Gilberto Freyre (1931), fazendo a ponte entre o naturalismo e os trabalhos da corrente sociológica que se estabelece a partir dos anos quarenta, sobretudo com as exposições oferecidas por Sérgio Buarque de Hollanda (1936) e Caio Prado Junior (1942), que alcança seu maior aprofundamento com o trabalho de Raymundo Faoro, em 1958.

## RESULTADOS ESPERADOS

A intenção que norteia a primeira fase é a de, promovendo o diálogo entre esses autores, reconstituir os cenários fundadores, e nestes, especificamente, imagens que justifiquem a submissão e as estereotípias, e, mesmo, a invisibilidade das camadas subalternas, sobretudo aquela onde se alocam as mulheres – chefes de família da pobreza. Estas, embora desempenhem atributos fundamentais à preservação da ordem social – de suas condições de produção e reprodução da riqueza, da força de trabalho e das gerações, tradicionalmente crescendo, às suas, as funções dos pais e das instituições reprodutoras ou protetoras das novas gerações – são alvos de representações negativas, estendidas aos seus filhos: “os filhos da mãe”.

Como parte desse processo, o presente texto salienta alguns elementos da percepção de Sérgio Buarque, apresentada em *Raízes do Brasil*. Esse ensaio, certamente, faz jus à sua condição de clássico no processo de interpretação do País. Destaca os seus aspectos relativos à constituição colonial antagônica entre sociedade e política, coercitiva da formação da **nacionalidade** – enquanto noção e vivência, portanto, fator de coesão. Dessa forma, incapaz de compor o elo entre relações sociais, cidadania e política, o que, naturalmente, repercute nas construções das posições sociais das organizações familiares da pobreza, bem como dos papéis nelas circunscritos, e de suas representações.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano. **Capítulos a História Colonial (1500-1800)**. 7ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha. (Grandes Nomes Do Pensamento Brasileiro), 2000.

A TARDE. Brasil é segundo em desemprego do mundo. Salvador; 29.05.02; p.1 e 11.

A TARDE. Número de analfabetos cresceu na Bahia. – Salvador, 05.08.02, p.1 e 3.

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.

BOMFIM, Manuel. **América Latina: Males de Origem**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora Ltda, 1993.

BUARQUE de HOLLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. In: SANTIAGO. Silviano (coord.) 2. ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 2002, v2.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. In: IDEM. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 2002. V1.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. 10 ed. São Paulo: Editora Globo, Publifolha (Grandes nomes do pensamento brasileiro), 2000. vs. 1 e 2.

PRADO, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. In: SANTIAGO, op. cit. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 2002. v2.

PRADO, Paulo. Retrato do Brasil. In: IDEM, ibidem. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 2002. v3.

FREYRE, Gilberto Casa Grande e Senzala. Lisboa: Edições “Livros do Brasil”, 1957.

FIBGE. Rendimento médio mensal real, em salários mínimos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por antigas Grandes Regiões, segundo o sexo – 1989/1999. Brasil: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 1999. Disponível em <<http://www.ibge.net/home/estatistica/população/trabalhorendimento/pnad99/tab.7.1.15,1999.shtm>>. Acesso em 24.05.02.

\_\_\_\_\_. Taxa de Atividade das pessoas de 15 a 65 anos de idade por cor e sexo. 1999. Pesquisa nacional por amostra de domicílios [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em <<http://www.ibge.net/home/estatistica/população/condiçãodevida/indicadoresminimos/default.shtm>> Acesso em 31.05.02.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico. Indicadores Conjunturais. Perfil das mulheres. Tabela 10: Proporção de Crianças de 0 a 6 Anos de Idade, em Domicílios com Responsáveis Mulheres com Rendimento de até 2 Salários Mínimos, segundo as Grandes Regiões. Disponível em <<http://www.ibge.net/home/estatistica/população/condiçãodevida/indicadoresminimos/default.shtm>> Acesso em: 31.05.02.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico. Indicadores Conjunturais. Perfil das mulheres. Tabela 1: Pessoas Responsáveis pelos Domicílios, por Sexo, segundo as Grandes Regiões. Disponível em <<http://www.ibge.net/home/estatistica/população/condiçãodevida/indicadoresminimos/default.shtm>> Acesso em: 24.05.02.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico. Indicadores Conjunturais. Perfil das Mulheres. Tabela 2: Pessoas Responsáveis pelos Domicílios, Total e Mulheres, segundo as Grandes Regiões. Disponível em <<http://www.ibge.net/home/estatistica/população/condiçãodevida/indicadoresminimos/default.shtm>> Acesso em 24.05.02.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico. Indicadores Conjunturais. Perfil das Mulheres. Tabela 7: Distribuição Percentual de Mulheres de 10 anos ou mais de Idade, Responsáveis pelos Domicílios, por Classes de Anos de Estudo, segundo as Grandes Regiões. Disponível em <<http://www.ibge.net/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/default.shtm>> Acesso em: 24.05.02.

OLIVEIRA VIANA. Populações Meridionais no Brasil. In: SANTIAGO, ibidem. **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 2002, v1.